ISSN: 2358-8829

OS “DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO” DE G. W. F. HEGEL: O RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA BILDUNG ESCOLAR

Marcos Fábio Alexandre Nicolau [1]

INTRODUÇÃO

Entre os escritos de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, os documentos produzidos durante sua atuação no Ginásio de Nüremberg ocupam uma posição singular. Nos discursos de encerramento dos anos letivos, nos informes administrativos e nas reflexões sobre o ensino, o problema da *formação humana* aparece vinculado a uma prática institucional concreta: organizar estudos, orientar professores, avaliar a aprendizagem, dialogar com famílias e autoridades e justificar publicamente a finalidade da Escola. Esses escritos permitem examinar a relação entre sua filosofia e a educação sem reduzir a primeira a uma aplicação técnica nem converter a segunda em simples ilustração de conceitos sistemáticos.

O ponto de partida de nossa contribuição é o conjunto de escritos que se convencionou reunir sob a designação de *Discursos sobre educação* ou *Escritos pedagógicos*, relativos principalmente ao período que Hegel passa em Nüremberg (1808–1816). A delimitação temática recai sobre os discursos e informes em que Hegel reflete acerca da função da instituição escolar, da formação dos jovens e da organização dos saberes. A tese defendida é que tais escritos permitem construir a noção de *Bildung escolar*: a concepção de que a escola, embora não seja a totalidade da formação, constitui uma mediação institucional indispensável entre a educação familiar e a participação na vida social, ou seja, não é o todo da *Bildung*, mas um dos momentos essenciais dela. Essa tese retoma e aprofunda a pertinência de relacionar a experiência administrativa de Hegel à sua reflexão filosófica sobre a *Bildung,* situando a escola nas tensões modernas entre formação geral, trabalho, Estado e liberdade.

[1] Doutor em Educação pelo PPGE/UFC, Professor dos Curso de Graduação e Pós-Graduação em Filosofia da UVA, realizando atualmente Estágio Pós-Doutoral no PPGSS/UFPB, marcos_nicolau@uvanet.br.

ISSN: 2358-8829

O tema faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o impacto que a formação dos indivíduos exerce sobre a constituição de nossa realidade social, econômica, política[2], e pode ser formulado da seguinte maneira: em que sentido a Escola, tal como tematizada nos escritos pedagógicos de Hegel, contribui para a *Bildung* sem se confundir com o processo integral de formação humana? O objetivo geral é reconstruir essa função mediadora a partir dos escritos de Nüremberg, avaliando suas bases conceituais e seus limites históricos. Para isso, nossa contribuição: (a) esclarece as relações entre os termos alemães *Bildung* e *Erziehung* e a instituição escolar; (b) interpreta a escola como mediação entre família e sociedade civil; (c) examina o lugar dos conteúdos culturais, da disciplina intelectual e da atuação docente; e (d) discute o caráter histórico do projeto neohumanista (assumido por Hegel), evitando tanto sua idealização quanto sua atualização anacrônica.

A pesquisa é bibliográfica, de abordagem qualitativa e orientação hermenêutico-conceitual, tomando os discursos e escritos pedagógicos de Hegel produzidos no contexto de Nüremberg como bibliografia principal. Tais escritos foram compilados no volume 4 da edição crítica das obras de Hegel intitulada 'Nürnberger und Heidelberger Schriften 1808–1817', editada por Eva Moldenhauer e Karl Markus Michel, na coleção Suhrkamp-Taschenbuch Wissenschaft, Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, e consultados nas edições portuguesas, intituladas respectivamente *Discursos sobre Educação* (1994), e *Propedêutica filosófica* (1989). Esses documentos são lidos como intervenções situadas em circunstâncias específicas, e não como tratados pedagógicos sistemáticos. Essa precaução é decisiva: os discursos respondem a situações concretas, têm destinatários e objetivos retóricos próprios e, por isso, não devem ser isolados do contexto administrativo e escolar em que foram pronunciados.

O conjunto secundário foi selecionado a partir dos materiais indicados para a pesquisa, priorizando trabalhos diretamente relacionados ao tema, mas que nos auxiliam a debater o impacto do pensamento de Hegel nesse período sobre uma concepção de escola e sua contribuição na consecução da *Bildung*. Para contextualizar a dimensão prática da teoria educacional, consideramos intérpretes que tratam especificamente da relação entre a prática de Hegel no ginásio, sua teoria da formação e a função mediadora

[2] Nossa pesquisa de Pós-doutorado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB), sob a supervisão do Dr. Wécio Araújo, intitulada "*Ontologia da formação: Uma condição existencial desvelada pela filosofia hegeliana*".

ISSN: 2358-8829

da escola. Trabalhos sobre temas próximos, mas não diretamente necessários à hipótese central, são usados apenas quando ajudam a estabelecer limites ou desdobramentos contemporâneos; não se atribui a eles uma comprovação direta das teses sobre Nüremberg.

A interpretação segue três critérios. Primeiro, distingue-se o que os textos primários efetivamente afirmam das reconstruções propostas por nós e pela bibliografia secundária. Segundo, conceitos como *Bildung*, *Erziehung*, liberdade e vida ética são tratados como termos relacionados, mas não intercambiáveis. Terceiro, evita-se inferir diretamente políticas educacionais atuais a partir de enunciados do início do século XIX: a relevância contemporânea deve ser mediada pela reconstrução histórica e conceitual. A limitação do estudo é a natureza documental da bibliografia: não se pretende reconstituir exaustivamente a administração do Ginásio de Nüremberg, mas interpretar filosoficamente a concepção de formação que se torna visível nos textos selecionados.

DA ERZIEHUNG Á BILDUNG: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA BILDUNG ESCOLAR

A tradução de *Bildung* por "formação cultural" ou simplesmente "formação" não é neutra (cf. NICOLAU, 2018, p. 30-36). O termo não designa apenas aquisição de informações, treinamento de habilidades ou adaptação a uma função social. Ele indica um processo de transformação pelo qual o sujeito ultrapassa a particularidade imediata de suas inclinações e se apropria de formas culturais, linguísticas, históricas e conceituais que não foram produzidas por ele isoladamente. A formação envolve, portanto, uma relação com conteúdos objetivos e com práticas compartilhadas que possibilitam a consolidação de sua identidade como um agente de vivência e transformação do mundo. Essa identidade não se desenvolve no isolamento do mundo, mas por uma relação mediada com aquilo que a antecede e a excede (FERRER, 2006, p. 488).

Por isso é bom salientar que no horizonte hegeliano esse movimento não deve ser compreendido como mera acumulação de conteúdos exteriores, 'formar-se' não deve ser confundido com 'informar-se'. O que há é uma apropriação formativa, que transforma a própria maneira de pensar e agir do sujeito que recebe informações. A

ISSN: 2358-8829

experiência do que é inicialmente estranho, diverso, diferente, pode disciplinar a vontade, ampliar o juízo e tornar possível uma relação menos imediata consigo mesmo e com os outros, e é nesse sentido que a formação supõe mediação: o sujeito não chega à autonomia ignorando a alteridade, a cultura e as instituições, mas elaborando sua relação com elas. Não por acaso o iluminismo tenha enfatizado o conceito de *Erziehung* quando enfocava a o problema pedagógico, pois ele refere-se mais diretamente à ação educativa objetiva, à condução e às práticas pelas quais a formação é promovida em contextos concretos, configurando assim uma ação essencialmente externa e relacional, pois envolve um educador guiando um educando. Podemos determinar esse conceito como uma ação focada na socialização, na moldagem do comportamento, na transmissão sistemática de uma cultura e na preparação para o convívio em uma determinada sociedade.

Embora os termos se inter-relacionem, não se deve identificar imediatamente essa atividade educativa com o processo mais amplo da *Bildung*. A educação institucional pode criar condições para a formação cultural, mas não controla inteiramente seus resultados: a formação continua na vida social, no trabalho, nas relações éticas e no exercício do pensamento. É essa distinção que impede reduções simétricas aos conceitos, pois o primeiro transforma a escola em mecanismo suficiente para produzir sujeitos acabados (HEGEL, 1994, p. 64); o segundo, ao reconhecer que a formação ultrapassa a escola, delimita a responsabilidade específica das instituições educativas. A escola é, assim, uma mediação organizada (HEGEL, 1994, p. 61). Ela seleciona e ordena conteúdos, estabelece tempos e práticas, reúne sujeitos que não pertencem ao mesmo círculo familiar e os coloca em relação com um mundo cultural comum. Essa função não é automaticamente formativa: pode ser esvaziada quando o ensino se limita à memorização sem compreensão ou quando a instituição se reduz a preparar para utilidades imediatas, ou seja, quando não vislumbra o objetivo final que é a *Bildung*.

Nesse sentido, é importante delimitar a especificidade da formação hegeliana em relação a concepções que enfatizam, de modos diferentes, a experiência, a autonomia e a reconstrução do pensamento. Esse confronto não apenas demonstra ou elimina divergências, mas mostra que a “formação” é um problema filosófico, e não um sinônimo genérico de escolarização (FERRER, 2006, p. 522-523). A educação, nessa perspectiva, não pode ser entendida como fabricação externa de uma subjetividade

ISSN: 2358-8829

passiva. A atividade do estudante é indispensável, mas não se confunde com um espontaneísmo vazio. A autonomia não nasce de uma suposta capacidade de pensar sem conteúdos; requer trabalho com objetos de conhecimento, linguagem e formas de argumentação. Ao analisar o ensino em Hegel, devemos notar a relevância da articulação entre os conteúdos, os métodos de ensino-aprendizagem e papel a ser desempenhado por professor e estudante nesse processo. O ensino não se reduz à transmissão mecânica, pois não dispensa a apropriação de conhecimentos que possibilitem ao estudante ultrapassar opiniões imediatas, para então assumir sua formação cultural, se apropriando da cultura e do conhecimento transmitidos pela *escola* para desenvolver sua autonomia, emancipação espiritual, criticidade e identidade (HEGEL, 1994, p. 45-46).

A tese da mediação escolar constitui o eixo interpretativo de nosso texto. A família é o primeiro contexto de pertencimento e cuidado, marcado por relações particulares e por uma forma de unidade afetiva. A sociedade civil, por sua vez, é um espaço mais amplo e diferenciado, no qual os indivíduos se relacionam por necessidades, pelo trabalho, pelas classes e pelas normas sociais, todas essas questões que não dependem de vínculos pessoais imediatos. A passagem entre esses âmbitos não ocorre de maneira espontânea, nem sem tensões. A escola participa dessa transição ao introduzir o jovem em regras públicas, conteúdos comuns e relações que exigem reconhecer outros sujeitos para além do círculo doméstico (HEGEL, 1994, p. 22).

Isso porque a escola aparece, como o filósofo enfatiza nos discursos de Nüremberg, como momento mediador entre a vida familiar e a sociedade civil, configurando-se como momento necessário de mediação e transformação entre família e sociedade. A mediação não significa que a escola simplesmente substitua a família ou antecipe integralmente a vida social, sua especificidade é instituir uma esfera relativamente autônoma de aprendizagem e convivência, na qual o estudante começa a relacionar-se com conteúdos e critérios que não dependem apenas de preferências privadas. A escola possui, portanto, uma função pública, pois não é propriedade exclusiva dos interesses particulares de uma família, nem pode ser compreendida como instrumento neutro de adaptação ao mercado de trabalho, por exemplo (LOSURDO, 2019, p. 300-305).

A escola tem dimensão política precisamente porque participa da formação daqueles que ingressarão nas relações sociais e nas instituições comuns. A função

ISSN: 2358-8829

pública não autoriza, entretanto, a supressão da liberdade individual. A mediação institucional deve tornar possível uma relação mais consciente com o mundo comum, e não apenas reproduzir uma conformidade com o mesmo, afinal a ideia seria formar um agente que viva e transforme de forma consciente o mundo e não apenas um 'elemento' que adorne um mundo perene. A educação hegeliana precisa ser lida no contexto de sua filosofia da liberdade, em que a liberdade não equivale à ausência de relações ou normas, mas à possibilidade de reconhecer-se em instituições racionais.

A mediação escolar é, além disso, parcial, pois a escola não esgota o processo de formação porque não controla o conjunto de experiências por meio das quais o indivíduo se constitui. Ela não pode garantir, isoladamente, a realização da *vida ética* nem resolver contradições sociais que atravessam a educação. Reconhecer essa limitação não diminui sua importância, pelo contrário, permite determinar com mais rigor sua responsabilidade. A escola deve fornecer bases culturais e intelectuais (conteúdos) que ampliem a capacidade de participação social, sem reivindicar para si a produção total da pessoa (autonomia).

A experiência de Hegel em Nüremberg não deve ser apresentada como se ele tivesse elaborado ali um sistema pedagógico completo e fechado. Seus discursos respondem a circunstâncias específicas de direção escolar e à necessidade de justificar a organização dos estudos, o trabalho dos professores e a relação do ginásio com as famílias e autoridades. Seu valor filosófico decorre justamente da articulação entre teoria e prática na determinação do sujeito em sua experiência social: a formação cultural não é tratada apenas como ideal abstrato, mas como problema que exige currículo, organização institucional, continuidade e condições materiais (ARAÚJO, 2024, 99-105).

A proposta educacional do período é atravessada pelo neohumanismo alemão, que atribuía importância formativa à cultura clássica, à linguagem e ao estudo das produções intelectuais historicamente constituídas. Acreditava-se que a presença dos antigos não deveria ser interpretada como culto ao antiquado, mas como uma tentativa de retirar o estudante do horizonte estreito da utilidade imediata e colocá-lo em contato com formas de pensamento e expressão que ampliassem sua experiência. Ao discutirmos a proposta neohumanista de educação em Hegel, oferecemos uma referência para compreender a função formativa atribuída ao estudo de disciplinas e conteúdos cuja aplicação e resposta às demandas da sociedade contemporânea, seja à de

ISSN: 2358-8829

Hegel seja à nossa, não são vistas de forma direta. Aprender sobre gramática e literatura, sobre o raciocínio aritmético e geométrico, sobre a história da civilização, sobre a geografia física e humana, sobre as ciências da natureza e as bases das reflexões filosóficas e sociológicas pode parecer algo completamente desnecessário a um camponês, operário, comerciário - ou prestador de serviço/empreendedor - (LOSURDO, 2019, p. 312-317), mas disponibiliza aos estudantes uma verdadeira "caixa de ferramentas", um arcabouço conceitual, que lhes permitirá vivenciar com muito mais riqueza o mundo e, principalmente, assumir a condição de transformadores dele (HEGEL, 1994, p. 76).

No entanto, argumenta Hegel, não devemos converter esse ideal em defesa atemporal de um currículo específico: a questão filosófica aqui se impõe em como saber que conteúdos culturalmente densos podem ampliar a autonomia, não no reproduzir sem crítica um cânone histórico. A escola concebida por Hegel precisa de continuidade. O filósofo chama atenção que uma instituição nova não deve considerar-se absolutamente inaugural, como se pudesse descartar a experiência acumulada por outras formas de ensino. A inovação que ignora a história corre o risco de se tornar experimentalismo efêmero; a tradição que recusa toda mudança converte-se em repetição sem vida. A tarefa institucional consiste em apropriar-se criticamente da experiência anterior e transformá-la diante de novas necessidades. Esse princípio permite compreender porque a reforma escolar, nos discursos de Hegel, não se reduz à vontade individual de um dirigente: depende de práticas estáveis, cooperação entre docentes, organização dos estudos e reconhecimento público da instituição.

Examinar a relação entre teoria e prática na educação hegeliana e destacar a experiência do Ginásio de Nüremberg acentua que a atuação de Hegel como professor e reitor não é mero detalhe biográfico, pois permite observar como a *formação cultural* se vincula à organização do saber e à responsabilidade institucional. A escola torna-se, nesse sentido, o lugar em que a ideia de formação cultural enfrenta os limites da realidade administrativa, das condições de ensino e das diferenças entre os estudantes.

A mediação escolar não acontece apenas porque os estudantes estão reunidos em um edifício ou submetidos a uma rotina. Ela se efetiva por meio de conteúdos, exercícios, formas de estudo e relações pedagógicas. O acesso a conhecimentos que excedem a experiência imediata é condição para que o estudante amplie seu horizonte intelectual. A *formação cultural* exige aprender a lidar com objetos que não se deixam

ISSN: 2358-8829

reduzir à opinião pessoal, a reconhecer relações conceituais e a submeter juízos à exigência de razões. A disciplina, nessa acepção, não equivale a obediência cega, pois é na aquisição de hábitos intelectuais que nos permitimos manter a atenção em nosso interlocutor, seguir uma contra-argumentação e rever posições, aprendendo novos conhecimentos.

Os escritos de Hegel sobre o ensino da filosofia são particularmente relevantes porque recusam a ideia de que se possa ensinar sem relacionar esse ato com os conteúdos determinados por um programa. O pensamento não se forma no vazio. O estudante deve apropriar-se de conceitos, argumentos e problemas antes de poder avaliá-los com autonomia. Por isso devemos analisar a articulação entre conteúdo, metodologia e docência. O que nos faz perceber que a atividade docente não consiste em espontaneísmo, mas em organizar o encontro do estudante com o conteúdo de modo intelectualmente rigoroso (HEGEL, 1989, p. 371).

O papel do professor envolve autoridade intelectual e responsabilidade formativa. A autoridade nunca deve ser confundida com autoritarismo: ela deriva do domínio do conteúdo, da capacidade de explicá-lo e da responsabilidade de conduzir o processo de aprendizagem. Sabemos que relação educativa não é simétrica em todos os aspectos, pois professor e estudante ocupam posições distintas quanto ao conhecimento e à responsabilidade pelo percurso, ainda que ambas as posições sejam essenciais para que a educação aconteça. Essa diferença, entretanto, deve servir à emancipação intelectual do estudante, e não à sua dependência permanente, sendo uma construção do conhecimento, como lembra Hegel, pois é *processo* e não revelação instantânea. O conhecimento requer percurso, interação e trabalho intelectual, ou seja, a escola deve organizar condições concretas para a transmissão e a apropriação do saber. O ensino, por conseguinte, deve equilibrar a objetividade dos conteúdos e a atividade do estudante. A simples exposição não garante aprendizagem, mas a valorização abstrata da espontaneidade tampouco garante formação. A escola precisa oferecer acesso sistemático aos conhecimentos, orientar a compreensão e permitir que o estudante se aproprie deles de maneira ativa. Nesse ponto, a proposta hegeliana de formação pode ser mobilizada criticamente para questionar currículos reduzidos à utilidade imediata e práticas pedagógicas que confundem autonomia com ausência de exigência intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN: 2358-8829

A atualidade dos escritos de Nüremberg não reside em fornecer receitas prontas para a organização escolar contemporânea. As condições sociais, políticas e culturais do início do século XIX diferem profundamente das atuais; além disso, o projeto neohumanista estava ligado a uma concepção histórica de cultura que não pode ser simplesmente reproduzida. Uma atualização rigorosa deve distinguir o núcleo filosófico do argumento - a necessidade de mediação institucional entre particularidade e universalidade - das formas curriculares e administrativas historicamente situadas.

Ao examinarmos elementos da educação no pensamento de Hegel e suas possíveis contribuições para pensar a educação contemporânea, oferecemos uma via para discutir a relevância do tema sem perder de vista a arquitetura filosófica em que ele se insere, demonstrando que o conceito de *formação cultural* admite interpretações distintas e que a educação precisa ser pensada a partir de fundamentos filosóficos explicitados didaticamente. Assim, a concepção hegeliana de uma *Bildung escolar* permite formular ao menos três perguntas contemporâneas. Primeiro, quais conhecimentos e práticas podem efetivamente ampliar a capacidade dos estudantes de compreender o mundo comum, em vez de apenas adaptá-los a demandas imediatas? Segundo, como assegurar que essa instituição pública forme para a participação social sem suprimir a pluralidade e a liberdade de consciência? Terceiro, de que maneira a escola pode reconhecer que a formação ultrapassa seus muros, sem abdicar de sua responsabilidade específica? Essas perguntas não recebem respostas automáticas dos escritos de Hegel; elas mostram, antes, como a reconstrução histórica de sua experiência pode sustentar a crítica filosófica do presente.

A escola como mediação não é, portanto, uma instituição neutra. Sua organização curricular, suas regras e seus modos de avaliação expressam escolhas sobre quais saberes merecem ser transmitidos e quais formas de participação social desejamos tornar possíveis. Ao mesmo tempo, sua função não pode ser reduzida à reprodução da ordem existente: a apropriação reflexiva da cultura pode ampliar a capacidade de julgar as próprias instituições. A tensão entre integração social e liberdade crítica não é um defeito acidental do processo formativo; constitui um dos problemas que uma filosofia da educação precisa explicitar.

A análise dos discursos, informes e escritos pedagógicos relacionados à atuação de Hegel em Nüremberg permite sustentar que a escola ocupa uma posição mediadora

no processo de *Bildung*. Sua função é introduzir o estudante em um mundo de conhecimentos, hábitos intelectuais e normas compartilhadas que ultrapassa a particularidade da vida familiar e prepara sua participação na sociedade civil. Essa mediação é necessária, mas parcial: a formação humana não se encerra no espaço escolar, nem pode ser produzida por uma instituição isolada das relações sociais mais amplas.

A proposta neohumanista de Nüremberg não deve ser transformada em modelo universal, separado de sua época. O que permanece filosoficamente relevante é a exigência de pensar conjuntamente formação cultural e instituição. A escola só cumpre sua função quando dispõe de continuidade, organização do saber, professores preparados e uma concepção explícita do que significa formar; inversamente, uma concepção de formação permanece abstrata se não examina as condições materiais e institucionais de sua realização. O relato de experiência de Hegel mostra, assim, que o problema pedagógico é também filosófico: nele se decide como uma sociedade introduz os novos indivíduos em seu mundo cultural sem reduzir a formação à adaptação.

Conclui-se que a *Bildung escolar* hegeliana pode ser compreendida como mediação entre liberdade subjetiva e cultura objetiva, entre particularidade e universalidade, entre a educação recebida na família e a participação nas instituições sociais. Sua atualidade não reside em reproduzir o currículo clássico ou as estruturas escolares de Nüremberg, mas em manter aberta a pergunta sobre as condições institucionais de uma educação capaz de promover apropriação crítica da cultura e participação consciente na vida comum.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wécio. **Ontologia e economia política: Marx leitor de Hegel**. Belo Horizonte: Dialética, 2024.

FERRER, Diogo Falcão. **Lógica e realidade em Hegel: a Ciênciaa da lógica e o problema da fundamentação do sistema**. Lisboa: CFUL, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Discursos sobre educação**. Tradução de Maria Ermelinda Trindade Fernandes. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

ISSN: 2358-8829

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Propedêutica Filosófica**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

LOSURDO, Domenico. **Hegel e a liberdade dos modernos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

NICOLAU, Marcos Fábio Alexandre. **O conceito de *Bildung* em Hegel**. Sobral: SertãoCult/Edições UVA, 2018.